

# TRADIÇÕES POLÍTICAS NÃO REFLETIDAS NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO

## Ocupações urbanas, suas assistências e assessorias técnicas e ideários políticos

*POLITICAL TRADITIONS NOT REFLECTED  
IN THE SOCIAL PRODUCTION OF SPACE  
Urban occupations, their technical assistance and  
advice and political ideas*

**Tiago Castelo Branco Lourenço<sup>1</sup>**

### Resumo

Este artigo discute as tradições políticas vinculadas à esquerda que influenciam lutas urbanas contemporâneas, como as ocupações urbanas em Belo Horizonte desde os anos 2000. A atuação de técnicos junto às ocupações urbanas não é uma atividade neutra, por isso é preciso considerar as tradições políticas a que ela se vincula. Este texto apresenta algumas hipóteses e provocações acerca dessas tradições, a fim de investigar as concepções de assistência e assessoria técnica. Para tanto, recorre a pesquisa bibliográfica e experiências de campo, propondo um breve histórico dessas tradições e comparando as diferentes estratégias adotadas pela assessoria e assistência técnica e sua tradição política. Indica, então, possibilidades de interpretação das atuações dos arquitetos e urbanistas a partir das diferentes tradições políticas discutidas. Ao final, aponta que as ocupações urbanas de Belo Horizonte têm sido uma oportunidade de convergência em construção.

Palavras-chave: ocupação urbana, marxismo, libertário, assistência técnica, assessoria técnica.

### Abstract

*This article discusses the political traditions linked to the left that influence contemporary urban struggles, such as the urban occupations in Belo Horizonte since the 2000s. The work of technicians in urban occupations is not a neutral activity, so it is necessary to consider the political traditions involved, that it binds. This text presents some hypotheses and provocations about these traditions, in order to investigate the concepts of technical assistance and advice. To this end, it uses bibliographical research and field experiences, proposing a brief history of these traditions and comparing the different strategies adopted by technical advice and assistance and their political tradition. It then indicates possibilities for interpreting the actions of architects and urban planners based on the different political traditions discussed. In the end, it points out that the urban occupations of Belo Horizonte have been an opportunity for convergence in construction.*

*Keywords: urban occupation, marxism, libertarian, technical assistance, technical advice*

<sup>1</sup> Tiago é maquetista, técnico de edificações (Cefet/MG, 1995), professor de História (Newton Paiva, 2000) e arquiteto e urbanista (Pucminas, 2009). Mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo (UFMG, 2014 e 2022). É professor da Escola de Arquitetura da UFMG e da Pucminas. É membro titular da Coordenação Colegiada do Grupo de Pesquisa MOM (Morar de Outras Maneiras). Trabalha com maquetes na Maquete Aristides Lourenço, e com arquitetura e urbanismo na ASF/BR (Associação Arquitetas Sem Fronteiras Brasil) e na COAU (Corporação de Ofício de Arquitetura e Urbanismo). Presta assessoria técnica às ocupações urbanas e aos movimentos sociais de luta por moradia.

### Introdução

Durante a experiência de assessoria técnica nas ocupações urbanas de Belo Horizonte, chamou-me a atenção a disputa entre as concepções de assistência ou assessoria técnica. Os técnicos que encontrei pelo caminho eram quase sempre vinculados à esquerda política. Havia aqueles que defendiam a concepção de assistência técnica com práticas mais institucionalizadas, e outros que defendiam a concepção de assessoria técnica ligados a uma ação direta junto aos atendidos.

Incomoda-me o fato de as duas concepções não refletirem acerca das tradições políticas a que se vinculam — a suposta neutralidade técnica talvez tenha impedido a realização dessa discussão ou mesmo tolhido sua visibilidade quando ocorre. Neste texto, pretendo apresentar algumas hipóteses e fazer provocações entre as tradições políticas marxistas e libertárias como contribuintes das concepções de assistência e assessoria técnica<sup>2</sup>.

Na tradição marxista, com suas experiências históricas, é mais recorrente uma perspectiva de ação institucionalizada, manifestada em noções como a de vanguarda revolucionária. Associada com a tradição tecnocrática dos arquitetos, engenheiros e outros profissionais da produção social do espaço, essa tradição contribui para a construção de uma suposta vanguarda técnica na produção do espaço. A tradição libertária tem na ação direta uma importante estratégia de luta revolucionária, aproximando-se, por sua vez, da atuação da assessoria técnica, ainda que com ressalvas, já que seus agentes também realizam um trabalho junto ao Estado e tem na ação institucional um importante instrumento durante os trabalhos.

A associação de marxistas com assistência técnica e libertários com assessoria técnica é frágil e insuficiente. As duas tradições buscam uma ruptura com o sistema hegemônico, e atribuir a cada uma dessas concepções inspirações isoladas, sem exercer influência uma na outra, não contribui para o avanço da discussão. A intenção deste texto é provocar a reflexão entre aqueles que atuam junto a movimentos de luta por moradia no Brasil e identificar entre essas tradições políticas aspectos que influenciam cada uma dessas concepções, apontando momentos históricos e formulações teóricas que encontram algum rebatimento nas concepções de assistência e assessoria técnica.

Neste texto privilegio as ideias políticas marxistas e libertárias como inspiradoras das assistências e assessorias técnicas. Outras tradições políticas também poderiam ser abordadas e aqui serão apontadas sem um aprofundamento necessário, como é o caso da doutrina social católica e do próprio liberalismo e seus desdobramentos. A doutrina social católica, elaborada desde o final do século XIX, inspirou diferentes frentes de ação entre os católicos no Brasil, tendo inclusive contribuído na formulação e implementação de políticas públicas de moradia. A mesma afirmação pode ser feita em relação ao pensamento liberal e seus desdobramentos. Os agentes políticos brasileiros tradicionalmente estiveram ligados a essa corrente de pensamento que se confunde com qualquer postura conservadora. Essas tradições, importantes geradoras de políticas que determinam o setor habitacional e com importantes consequências para o desenvolvimento urbano, não serão abordadas neste texto, ainda que eu reconheça a relevância que tiveram e ainda têm na produção do espaço no Brasil.

<sup>2</sup> Tratarei como marxista e não como comunista a tradição iniciada por Marx e Engels, afinal a sociedade comunista é buscada pelas duas tradições da esquerda revolucionária — libertários e marxistas —, sendo este o fato que muitas vezes levou a esforços importantes de convergência das duas tradições.

O estudo das tradições políticas aqui proposto pretende, a partir das ideias e ações de ambas as tradições, contribuir para aprofundar a compreensão das contradições da produção social do espaço e dos técnicos que atuam nas atividades de assessoria e assistência técnica. Acredito que essa atuação deve ser acompanhada de uma crítica constante para que possa avançar nas suas intenções emancipatórias. Uma atuação política que intenciona transformar a sociedade a partir de atividades profissionais que atendem ao sistema capitalista deve ser vista sempre com ressalvas e críticas para que possa contribuir para algum avanço.

O texto aborda eventos que evidenciam questões que atravessam a história das lutas políticas e cujos incômodos e contradições ainda hoje percebemos também nas ocupações urbanas de Belo Horizonte. Não estou preocupado em concatenar todos os eventos abordados. Dessa maneira, o texto propõe um levantamento de situações que inspiram as posições e posturas dos agentes durante suas lutas por moradia, não uma linha temporal causal.

### Habitação, produção do espaço e disputas políticas

As diferenças e aproximações entre marxistas e libertários remonta aos embates entre Marx, Engels e Bakunin durante a Primeira Internacional Comunista. Esses embates são semelhantes às posturas assumidas entre os envolvidos com as lutas das ocupações urbanas de Belo Horizonte, sejam eles técnicos, militantes de organizações políticas ou agentes públicos que se envolvem nesses conflitos fundiários.

A Primeira Internacional Comunista foi um exercício de convergência entre o pensamento marxista e libertário, mas também expôs diferenças que ainda se mantêm. Uma dessas é o tratamento dispensado ao lumpemproletariado, agente social que se assemelha às camadas empobrecidas do Brasil contemporâneo, que constituem os moradores das ocupações urbanas da capital mineira. Para Souza, os pensadores Marx e Engels:

[...] caracterizaram o “lumpemproletariado” de maneira nitidamente pejorativa, adornando seus comentários econômicos e políticos — que, de maneira menos ou mais fundamentada, como n’O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, buscavam apresentar os “lumpemproletários” como uma massa disforme e heterogênea de malandros, vagabundos, criminosos, meretrizes, jogadores e outros tipos sociais vistos como deploráveis à luz de uma certa ética do trabalho e de uma certa moral vitoriana [...]. (SOUZA, 2015, p.154-155).

A abordagem não favorece a percepção do potencial de transformação que esses agentes poderiam proporcionar. Tal tratamento é recorrente na trajetória histórica das lutas políticas. Ainda hoje ouvimos comentários preconceituosos que desqualificam a luta das ocupações urbanas, dando pouco crédito aos seus moradores, desqualificando muitas vezes o seu protagonismo na luta por moradia.

Bakunin, por sua vez, tinha outra abordagem e percebia no lumpemproletariado uma grande potência num processo revolucionário. Ainda que eu ache a percepção de Bakunin um pouco romantizada, ela indica que a disciplina ainda pouco incorporada por esse grupo social favorecia o caráter mais combativo deste último na ruptura para a construção de uma sociedade comunista, quando em comparação com o proletariado, considerada a classe revolucionária pela Primeira Internacional. A seu ver:

[...] exatamente por constituírem um estrato social particularmente vulnerável e desprezado, os “lumpemproletários” deveriam merecer particular simpatia por parte dos revolucionários. E isso não somente por razões éticas, mas também e principalmente políticas: justamente os “lumpemproletários”, apesar de comumente não terem “grilhões” tão visíveis pelo fato de não terem padrões bem definidos e não estarem submetidos à disciplina da fábrica [...] seriam potencialmente mais arrojados, mais “livres”. Teriam, no fundo, menos a perder. Para Bakunin, os “lumpemproletários” seriam a verdadeira “flor do proletariado”, e de modo algum o seu “rebotalho” [...]. (SOUZA, 2015, p. 155).

Enquanto na Primeira Internacional Comunista ocorreu uma tentativa de confluência entre marxistas e libertários, na Revolução Russa foi diferente: “No século XX, o encontro frustrado entre vermelhos e negros da Revolução Russa afasta as duas famílias” (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 143). Esse afastamento foi reforçado na Guerra Civil Espanhola, tendo como um de seus protagonistas Joseph Stalin, que foi negligente ao não apoiar as forças da República, o que levou à derrota dos anarquistas e trotskistas que a compunham.

A Revolução Russa foi o apogeu dos marxistas na sua proposta de mudança radical do capitalismo. O forte controle do Estado em várias instâncias da vida marcou essa experiência e deixou seus traços também na produção habitacional do período — destaca-se a perda da condição de mercadoria pela moradia e o controle da produção habitacional pelo Estado (MELLO, 2019).

Na Guerra Civil Espanhola, temos o apogeu dos libertários. Começam ali pequenas amostras de controle descentralizado na organização espacial e uma possível política habitacional que poderia ir na mesma direção. Como exemplo disso, há experiências de autogestão e autoplanejamento na cidade de Barcelona, capital da Catalunha (RODRIGUES, 2012). As experiências foram abortadas com a vitória de Francisco Franco no conflito.

No Brasil desse período, não há políticas habitacionais relevantes. Os exemplos da época são as vilas operárias vinculadas às indústrias que começam a se instalar em algumas cidades brasileiras. Em Belo Horizonte temos alguns casos como a Vila Operária do Marzagão, que se formou desde o final do século XIX, e a Vila Operária no entorno da Fábrica de Tecidos da Renascença nos anos 1930. Essas experiências se davam sem a participação dos que acessariam as moradias, e eram construídas pelas empresas sem nenhuma consulta. Próximo à fábrica da Renascença, também na região nordeste da capital mineira, foi construído nessa época o Cidade Ozanan, um conjunto habitacional de casas unifamiliares dos vicentinos, também sem a participação dos futuros moradores na sua concepção.<sup>3</sup>

A partir de 1937 começam ações de política habitacional promovidas por autarquias do governo federal. Os Institutos de Pensões e Aposentadorias construíram vários conjuntos habitacionais pelo país. O momento coincide com o movimento modernista na arquitetura brasileira, quando esses conjuntos habitacionais se tornam laboratórios para exercícios de projeto de moradia do movimento. Nessas experiências não temos também a participação dos futuros moradores nas tomadas de decisões projetuais.

<sup>3</sup> Os vicentinos são os leigos vinculados à Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP).

Nesse período começam a se destacar também a formação de favelas nas grandes cidades e a autoprodução de suas moradias. Junto aos moradores das favelas ocorreu o acompanhamento de religiosos e leigos inspirados na Doutrina Social Católica, como na Fundação Leão XIII no Rio de Janeiro a partir de 1947 (ROBAINA, 2013). Foram ações assistencialistas não preocupadas com a discussão dos processos de autoprodução como possibilidade de acesso à cidade.

A morte de Stalin em 1953 foi um importante evento na história da esquerda radical. A partir de então foi revelado que aquele socialismo outorgado, praticado durante o período stalinista, apresentava problemas no avanço de um projeto de ruptura revolucionária.

Vários intelectuais envolvidos com os partidos comunistas em todo o mundo começam um processo de revisão, ocorrendo uma reaproximação entre marxistas e libertários. A produção desses intelectuais promove uma avaliação do papel das bases como agente político. Dentre esses intelectuais, destaca-se a linha do revisionismo marxista inglês, com a produção de historiadores como Edward Palmer Thompson, Eric John Ernest Hobsbawm e John Edward Christopher Hill. Esse movimento influencia a produção acadêmica das Ciências Sociais, mas encontra pouco rebatimento nas atividades sindicais e partidárias, até porque boa parte desses intelectuais sai dos partidos e se concentra no ambiente acadêmico.

No Brasil, um exemplo de decepção com Stalin a ser destacado é o do escritor baiano Jorge Amado. Na ocasião, ele era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, tendo inclusive sido eleito deputado federal pelo partido em 1946 e escrito um livro-reportagem sobre o leste europeu intitulado “O mundo da paz” (AMADO, 1951). Em 1956, porém, Amado se desliga do partido, após as revelações de Nikita Khrushchov contra Stalin no 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A partir desse mesmo ano, Amado impediu eventuais reedições do referido livro.

No final dos anos 1950, ocorre a construção da nova capital do Brasil, Brasília. Há, durante a construção, um grande fluxo migratório de operários para trabalhar nas obras de cidade, os quais viriam a morar nos canteiros e nas favelas que surgiram no entorno da cidade. Brasília, que trazia a aura de um novo Brasil, mostrou, ao longo de sua construção e após sua inauguração, que este é um país que não inclui a todos. Aquele operário que se deslocava dos rincões brasileiros e que passara a ser chamado de candango ficou abandonado à própria sorte com o término das obras. Ou voltava para a miséria nordestina, ou ficava nas margens da rodovia Belém-Brasília, ou, ainda, ficava ali disponível para o capital, aguardando quando seria novamente requisitado nas favelas e cidades-satélites do entorno da nova capital. Como disse Sérgio Ferro:

O ritmo das construções diminuiu. Mas os candangos, que pressentiram através da ilusão uma possibilidade concreta, não se arredaram. A volta à vida crua do Nordeste não mais seria suportável, nem o ‘novo-horizonte’ das margens infernais da Belém-Brasília. Entretanto, o capital não requeria mais seu entusiasmo e aborrecia, à sua racionalidade gelada, a insistência do operário: já havia roubado o que desejava. Por meses os alpendres das capelas das superquadras abrigaram centenas de famílias de candangos sem ocupação, os antigos e os chegados, informados das antigas condições. Pouco a pouco se retiraram para as favelas chamadas cidades-satélites. Retirantes, haviam apreendido um pedaço do ofício. Aguardam, definhando, que voltem a ser necessários, que o capital os compre, novamente, e como magia propiciatória, enfeitam suas choças com as colunas do Alvorada. O trágico lumpesinato oscila entre duas

mortes: por miséria em Brasília, por miséria no Nordeste ou outro inferno qualquer. A política brasileira foi desenhada no espaço: branca — ordem e conforto calculado para o senhor do capital e do poder e os que cabem em suas reservas — e morte, marginalização, fome, afastamento para os excedentes. E, ainda assim, o candango conserva o que fez, prova de sua capacidade, não pisa na grama. Voltará. (FERRO, 2006, p.94-95).

Esse mesmo Brasil, que, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, construiu Brasília e reafirmou mais uma vez sua desigualdade estrutural, promoveu também mobilizações relevantes na sociedade civil pela inserção das camadas mais pobres no processo de modernização do país a partir da premissa da justiça social. As reformas de base do Estado e da sociedade foram reconhecidas como necessárias para que o Brasil se tornasse ‘moderno’.

Dentre as reformas de base, a urbana ganhou destaque, e teve a participação dos arquitetos e urbanistas e suas entidades de classe. Em 1963 foi realizado, pelo IAB — Instituto dos Arquitetos do Brasil, o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, no Hotel Quitandinha em Petrópolis/RJ, considerado um marco histórico da discussão no país. Apesar da centralidade do tema habitação no evento, nos seus anais destaca-se uma discussão que passa pela regulação do mercado imobiliário e o controle dos custos da terra urbana (FRANCISCONI, 2013). Ainda que considere a participação da população na produção habitacional e destaque a necessidade da formação de uma consciência popular sobre o tema, a discussão ainda mantém fortes vínculos institucionalizadas e valoriza a condução dos arquitetos e urbanistas no processo de produção do espaço urbano. A autoprodução como um fato nas áreas periféricas das cidades brasileiras é pouco considerada.

Para Sérgio Ferro, entre o término das obras de Brasília e o começo da ditadura há uma efervescência da sociedade no sentido de transformar essa violência que marcava a sociedade brasileira. A violência que estava latente se escancarou no golpe militar.

Fala-se sempre da ruptura de 1964 como o momento em que a violência se instala. Mas é preciso não esquecer que esta violência já estava nos canteiros de Brasília. O fortalecimento da dimensão autoritária favoreceu na arquitetura o desenvolvimento do risco, mas num outro sentido, do traço, da mão que comanda, da arbitrariedade mesma do seu movimento que, por força de vontade, quer impor aquilo que já na realidade começa a esmaecer. Essa necessidade do polo autoritário, demandada pela urgência do acúmulo de capitais, a meu ver, foi o que levou a que a violência ainda disfarçável de Brasília passasse a não poder mais ser escondida a partir da ditadura. Os movimentos de reivindicação, as lutas sociais, começaram a ser fortes, e o básculo, a mudança, exigiam descaradamente que aquela violência latente aparecesse com mais nitidez. Essa transição ocorre entre o fim de Brasília e o começo da ditadura. (FERRO, 2006, p.312).

O golpe militar de 31 de março de 1964 e o Estado autoritário a que dá origem esvaziaram as entidades da sociedade civil articuladas para a discussão e a implementação de reformas (ALVES, 1989). Discussões como aquelas realizadas no seminário de Quitandinha em 1963 foram deixadas de lado e algumas de suas pautas sobre a moradia foram incorporadas pelo regime como na criação do BNH — Banco Nacional de Habitação.

O BNH, criado em 1964, inaugurou uma política habitacional vultuosa no que concerne aos recursos financeiros, mas muito mais destinada à estabilidade da economia do que à efetiva melhoria das condições de moradia da população<sup>4</sup>. O novo contexto fez da política habitacional uma oportunidade de acumulação de capital e restringiu ainda mais o acesso dos pobres à moradia nas grandes cidades pelas vias institucionalizadas.

Importa aqui o fato de o BNH criar, com os recursos extraídos do operariado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, um imenso mercado novo e relativamente artificial de classe-média. [...] Os operários não suportariam as condições do 'financiamento' feito com seus próprios recursos do Fundo [...]. (FERRO, 2006, p.88).

Com o forte crescimento econômico e urbano do país nos anos 1960 e 1970, a situação se agravou: aumentava a demanda por terra urbana e inexistia oferta imobiliária para famílias de baixa renda. O resultado foi o crescimento de favelas e outras formas de ocupação em diversos graus de informalidade (MARICATO, 1987).

Esse momento coincide com a retomada de procedimentos e ideias políticas que se vinculam aos libertários, como, por exemplo, nos movimentos de 1968 na França. Esses levantes foram concomitantes com o questionamento do pensamento marxista que tinha se burocratizado e tinha suas grandes manifestações nos partidos comunistas e sindicatos em todo o mundo:

Muitos observadores ficaram surpresos pela presença, ao lado da bandeira vermelha, da bandeira negra nas manifestações e barricadas. Autor de um dos livros mais interessantes de Maio de 68, o jornalista inglês Daniel Singer, marxista influenciado por Rosa Luxemburgo, avalia: "No maio francês, era possível escutar claramente ecos antiautoritários de Proudhon, bem como de Bakunin". A seus olhos, "a ressurreição de certas formas do anarquismo [...] era uma reação sábia contra a degenerescência burocrática do movimento operário oficial", um movimento que parecia ter esquecido suas origens revolucionárias e libertárias. (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 49).

Em 1968, há certa dificuldade de engajamento dos movimentos da esquerda institucionalizada. Com isso, partir para a ação direta era um desafio para essa esquerda radical que havia se burocratizado.

Portanto, não foi um acaso que libertários e marxistas revolucionários da JCR se encontram com uma multidão de jovens desorganizados motivados pela revolta e pela indignação, nas barricadas do Quartier Latin, na "noite do fogo" de 9 de maio. Contrariamente aos "trotskistas ortodoxos" do Partido Comunista Internacional (PCI) seguidor de Lambert, ou dos marxistas-leninistas maoístas da União das Juventudes Comunistas Marxistas-Leninistas (UJCML), que viraram as costas às agitações "pequeno-burguesas". Sem falar, obviamente, do Partido Comunista Francês (PCF) stalinista, que não para de denunciar os "grupelhos" que "fazem o jogo do governo"... Bem diferente foi a atitude dos jovens que descobrem "sobre a calçada a praia": para além dos desacordos — bem reais —, os adeptos revolucionários da bandeira vermelha e os da bandeira negra

<sup>4</sup> Nessa fase se extingue a produção habitacional pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões, que são unificados num Instituto Nacional de Previdência Social — INPS, criado em 1966.

reencontram-se, muito naturalmente, "do mesmo lado da barricada", no sentido próprio e figurado. (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p.49-50).

No Brasil desse período, assistimos à ruptura de uma parte do PCB — Partido Comunista Brasileiro — para formar a ALN — Ação Libertadora Nacional, sob a liderança de Carlos Marighella. Os dissidentes revolucionários partiram para uma ação direta através da guerrilha urbana, uma movimentação que envolveu um grupo pequeno da esquerda brasileira, apesar da expressiva retumbância que ganharia na história dos movimentos de resistência no país.

Ainda durante os anos 1960, ocorreu a Arquitetura Nova, o movimento e as reflexões desenvolvidas pelos arquitetos Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre. Os arquitetos novos estavam preocupados com uma profissão que pouco atendia as demandas necessárias do país. Eles propõem uma arquitetura brutalista "cabocla", com uma postura didática em relação aos processos e procedimentos construtivos:

Daí essa espécie cabocla de brutalismo (oposto ao brutalismo estetizante europeu); esta didatização forçada de todos os procedimentos; a excessiva racionalização construtiva; o 'economismo' gerador de espaços ultradensos raramente justificados por imposições objetivas etc. (FERRO, 2006, p. 49).

Sérgio Ferro também militou na ALN, o que levou a seu exílio na França desde o início dos anos 1970. Em uma entrevista, ele conta sobre o período em que começou a exercer a atividade docente em Grenoble e o ambiente que ainda se fazia sentir das movimentações de 1968 no ambiente universitário:

Quando eu cheguei na França, no período em que 68 tinha caído, em que o Pompidou tinha voltado, eu quase não conseguia dar aula. Começava a aula e já vinha discussão, debate, era uma maravilha. Eu me lembro um aluno, que era situacionista, ele se levantou e disse: "O senhor é um traidor! O senhor dá esperança!". (FERRO, 2006, p. 297).

As reflexões da Arquitetura Nova foram manifestadas em vários projetos e textos escritos por esse grupo de arquitetos nos anos 1960. Uma das referências que sistematiza essas reflexões é o livro "O Canteiro e o desenho", de Sérgio Ferro, editado em 1979. Na época, a ditadura militar brasileira perdia força e se iniciava o processo de abertura democrática no país. No livro, Ferro (2006) explicita o papel do desenho do arquiteto e sua função de valorização do capital. Afirma que ele é a corporificação da heteronomia no canteiro, o caminho para extração da mais-valor, separado da produção, com a intenção de prescrevê-la:

Esperamos mostrar, no nosso texto, que a elaboração material do espaço é mais função do processo de valorização do capital que de alguma coerência interna da técnica. Para nós, não há dúvida possível, é porque o canteiro deve ser heterônimo sob o capital que o desenho existe, chega pronto e de fora. O desenho é uma das corporificações da heteronomia do canteiro. Ou, para dizer a mesma coisa mais claramente: o desenho de arquitetura é caminho obrigatório para a extração da mais-valia e não pode ser separado de qualquer outro desenho para a produção. [...] (FERRO, 2006, p.107-108).

Aquela ambiência que levou aos movimentos de 1968 na França, aos movimentos estudantis no Brasil no mesmo período, à Arquitetura Nova e à escolha radical de parte da esquerda brasileira pela guerrilha urbana e outras manifestações semelhantes começa a ter uma maior reverberação no contexto brasileiro no final dos anos 1970 com a abertura no autoritarismo e o princípio do fim da ditadura militar. A edição do livro de Ferro é uma evidência do novo momento.

Com a crise do regime militar e seu modelo desenvolvimentista, a sociedade civil se reorganiza, retomando as discussões dos direitos sociais que tinham perdido força desde 1964 (SOMARRIBA, 1996). Com a redemocratização do país nos anos 1980 e a nova Constituição de 1988, houve uma institucionalização inédita dos direitos sociais no Brasil, incluindo o direito à moradia, que passava a figurar como obrigação do Estado. A promulgação do Estatuto da Cidade em 2001 regulamentou os preceitos constitucionais referentes à política urbana e à política habitacional.

A partir desse momento são elaboradas políticas públicas que consideram a autoprodução do espaço como importante na formação das cidades brasileiras. Do ponto de vista institucional, o surgimento de zoneamentos como a ZEIS — Zona Especial de Interesse Social na legislação de Belo Horizonte é uma evidência desse novo tratamento que o Estado brasileiro dispensará a esses territórios na cidade.

A redemocratização brasileira coincide também com o surgimento do neoliberalismo. Neste, a administração pública deve diminuir sua atuação na economia e se dedicar a questões consideradas necessárias à sociedade, mas que não gerem retornos financeiros. A habitação, nesse contexto, tem um caráter dúbio: ela é um direito social e um patrimônio; ela envolve interesses diversos, e, desde a criação do BNH em 1964, o financeiro assume um forte peso em sua concepção, planejamento e gestão.

Na década de 1970, começa uma atuação importante do Banco Mundial no financiamento de ações voltadas para políticas de habitação e urbanização nos países em desenvolvimento. Essa ação tem um importante apoio de agentes vinculados aos libertários, como é o caso do arquiteto inglês John Turner, parceiro daquela instituição na promoção de políticas públicas habitacionais em países do terceiro mundo. Sua atuação, contudo, é criticada por outros setores da esquerda radical. Como mostra José Luis Oyón:

*[...] crítica a Turner desde autores marxistas es el de su supuesto papel promotor de las políticas públicas del Banco Mundial que originan los programas de financiación de la autoconstrucción en forma de sites and services. Es el caso del libro Planeta de ciudades miseria de Mike Davis, que denuncia un “matrimonio sorprendente” entre Turner y el Banco Mundial, entre “anarquismo y neoliberalismo”. (OYÓN, 2018, p.244-246).*

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, muitos municípios brasileiros passam a ser governados por partidos de centro-esquerda, dentre eles o PT — Partido dos Trabalhadores, o PSB — Partido Socialista Brasileiro e o PC do B — Partido Comunista do Brasil. Em Belo Horizonte, esses três partidos chegaram ao governo em 1993 com a eleição de Patrus Ananias. Sua administração implementou preceitos e instrumentos defendidos pela sociedade civil organizada desde o final dos anos 1970 e parcialmente incorporados à Constituição Federal de 1988 (naquele momento ainda não regulamentados pelo Estatuto da Cidade). Na política habitacional, esses

governos incorporam a autogestão para a produção de alguns conjuntos habitacionais<sup>5</sup> para população de baixa renda:

O programa de autogestão, no âmbito da habitação popular, tem início em Belo Horizonte com o governo do prefeito Patrus Ananias (gestão 1993/1996). Configura-se uma das formas de atendimento à demanda da população de baixa renda, ao lado das formas de gestão pública e da cogestão. Integra a Política Municipal de Habitação, em vigor no município desde 1994, que tem a finalidade de produzir moradias e/ou lotes urbanizados para atender a população com renda de até cinco salários, moradora da capital mineira no mínimo há dois anos e que não tenha sido contemplada, anteriormente, com unidade habitacional em outro programa. (OLIVEIRA et al., 2007, p. 516).

Esse momento de redemocratização das instituições brasileiras e da chegada de partidos políticos de centro-esquerda à administração de alguns municípios é também coincidente com um período de aguda crise econômica no país, com altos índices inflacionários. Alternativas adotadas para combater essa condição foram o estabelecimento da responsabilidade fiscal e o controle das contas públicas, dentro dos preceitos neoliberais que passam a ser adotados em vários níveis da federação.

Nesse contexto, administrações municipais como a de Belo Horizonte têm sua mobilidade reduzida no que diz respeito a estratégias voltadas para ampliar os direitos sociais dos pobres da cidade (BEDÊ, 2005). Essa situação é agravada com uma cultura política autoritária em que a participação popular é desconsiderada, valorizando práticas institucionalizadas e distantes das questões locais, reforçando uma ideia de um vanguardismo do setor técnico na condução dos procedimentos que envolvem o acesso a direitos sociais. Como testemunha um morador da periferia de Belo Horizonte acerca da política habitacional implementada a partir dessa época:

A política habitacional que o Patrus iniciou em 93 foi nessa forma mesmo. Ele orientou as associações de bairro e às pessoas se inscreverem pra moradia. Essas associações elegiam um representante e os representantes participavam dos foros. Aí, eram abertos os núcleos nos bairros e eles participavam das disputas onde tinham poucas contemplações. Essas contemplações eram divididas pelos grupos, e os grupos pegavam e indicavam. Eles falam que foi um avanço, porque os grupos tiveram o direito de escolher que família que ia ir, como que ia ir. Mas a quantidade foi muito inferior dessas outras políticas. (MILITANTE, 13 fev. 2014).

A insatisfação com os rumos que a política habitacional de Belo Horizonte assumia teve uma manifestação, ainda durante a gestão de Patrus Ananias, com a Ocupação Corumbiara em 1996. Posteriormente, a partir de 2006, começam a ocorrer ocupações em prédios, como a Caracol, em 2006, e, na sequência, as ocupações João de Barro I, João de Barro II e João de Barro III ao longo de 2007. Após esse período começaram as ocupações urbanas horizontais, retomadas com a Ocupação Camilo Torres em fevereiro de 2008. Esta última, primeira ocupação horizontal da fase recente, é considerada um marco dessa modalidade de luta política na cidade:

<sup>5</sup> No artigo “Política de Habitação em Belo Horizonte — o Residencial Asca: um estudo do programa de autogestão”, Oliveira, Silveira e Godinho (2007, p.518) apresentam os seguintes conjuntos construídos por autogestão: CDI-I/Jatobá, CDI-II/Jatobá, Deuslene, Deuslene II, Dom Silvério I, Dom Silvério II, Fernão Dias, Havaí, Uruçuia, Vila Régia I e Vila Régia II, segundo dados da Secretária Municipal de Habitação de Belo Horizonte de 2003.

Em fevereiro de 2008, a gente pode falar mesmo que foi o processo de resgate das ocupações. Belo Horizonte sempre foi criada através de ocupações, seja organizada ou espontânea. O mapa de Belo Horizonte foi se construindo assim. Aí, iniciou-se a Ocupação Camilo Torres. Parte dela foi despejada pela Prefeitura logo no início. Nós reocupamos essa parte no mesmo ano de 2008, no início de outubro, até foi no momento da eleição. Soltamos até um manifesto interessante, falando que os nossos sonhos não cabiam dentro de uma urna, era através da luta mesmo. (MILITANTE, 13 fev. 2014).

As ocupações urbanas em Belo Horizonte são uma retomada de uma política habitacional a partir das bases, de modo a recolocá-la numa escala local e cotidiana, a fim de que quem decida seja quem está perto da situação, e não um sujeito distante.

Essa perspectiva carrega uma contradição que não se resolve com as ocupações urbanas e manifesta em curto prazo seus limites. A aposta em disputas por políticas públicas que considerem as demandas daqueles que experimentam cotidianamente o problema ainda tratam o Estado como autônomo em relação à totalidade social, considerando haver uma separação entre poder político e poder econômico. O Estado não representa nem os donos dos meios de produção, nem a força de trabalho, porém, ele não é autônomo em relação ao sistema. Ele precisa garantir as condições de reprodução do capital, e, frente a isso, ele aparenta representar um dos lados, já que um deles obtém vantagens no capitalismo (MASCARO, 2013, p. 44).

Sendo assim, ainda que as ocupações urbanas de Belo Horizonte apostem numa ação direta, a ação institucional tem um grande peso nos rumos desse movimento social, levando a frustrações de suas demandas por um Estado que parece, em alguns momentos, colocar-se numa posição de diálogo. Entretanto, ele assim se coloca para a manutenção do próprio sistema que leva à necessidade da ocupação urbana.

### **Assistência técnica e seu vínculo institucional**

Após esse breve histórico, que procura, num tom ensaístico, estabelecer relações que influenciam a atuação dos arquitetos e urbanistas e outros agentes na produção das cidades e de moradia, mostrarei a partir daqui como as atuações das assistências e assessorias técnicas se relacionam com essas tradições políticas.

A noção de assistência técnica foi constituída desde os anos 1970. Nesse momento, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul em parceria com o CREA local buscou alternativas para uma atuação junto a setores da população que comumente não contratam arquitetos e engenheiros civis para a construção de suas casas. É importante destacar que o protagonismo dessa discussão teve à frente os arquitetos com o apoio dos engenheiros (ARQUITETO, 19 jan. 2019).

Ainda nos anos 1980 na gestão de Alceu de Deus Collares, o primeiro prefeito eleito de Porto Alegre pós-ditadura, ocorre uma experiência de aplicação da assistência técnica com a constituição da ATME — Assistência Técnica à Moradia Econômica, realizada pela prefeitura em parceria com profissionais vinculados ao sindicato dos arquitetos do Rio Grande do Sul (ARQUITETO, 19 jan. 2019). Essa experiência se somará a outras que ocorreram durante os anos 1990 em Porto Alegre, e isso reverbera em âmbito nacional, com avanços legislativos marcantes.

Nesse sentido, o processo de inclusão dos temas de assistência técnica na produção de moradias, que culminou com a Lei de Assistência Técnica — lei federal 11.888/2008 —, teve importantes avanços nos anos 2000:

A “Lei de Assistência Técnica” (lei federal 11.888/2008) foi aprovada em um contexto de conquistas legislativas e de retomada de investimentos na política urbana nos anos 2000. Foi fruto de uma importante articulação das entidades que regulamentam a profissão de arquitetura e urbanismo e de engenharia, com participação fundamental das federações dos sindicatos da categoria. O dispositivo assegura os serviços de arquitetura e engenharia gratuito às famílias de baixa renda e teve seu primeiro projeto de lei apresentado pelo arquiteto e urbanista Clovis Ingelfritz, que fora um dos idealizadores do programa ATME, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Clovis se elegeu deputado federal em 2001 e apresentou então um projeto de lei que buscava implantar o programa em escala nacional. A continuidade do projeto foi garantida pelo deputado federal pelo estado da Bahia, também arquiteto e urbanista, Zezéu Ribeiro, que resultou na aprovação da Lei de Assistência Técnica. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 8).

Após mais de uma década de promulgação da lei 11.888/2008, há ainda poucos resultados. Têm ocorrido exercícios incipientes de reflexão sobre o assunto entre os profissionais de arquitetura. Várias entidades profissionais que representam os arquitetos urbanistas têm buscado promover encontros, seminários, dentre outros, avaliando a possibilidade de efetivação da referida legislação (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 1). No meio acadêmico, a discussão tem pouca reverberação, predominando as reflexões acerca da assessoria técnica. Os debates acontecem, de fato, é entre as entidades de classe.

A centralidade no trabalho técnico do arquiteto urbanista é um dos problemas na concepção de assistência técnica da referida lei. Isso acaba refletido no pouco rebatimento que até hoje ela teve dentro da sociedade brasileira, sendo vista até com certo desdém pelos demais profissionais envolvidos com a produção social do espaço. A discussão da assistência técnica fica restrita aos arquitetos, com um tratamento vinculado à valorização profissional, muito mais que à função social da profissão e suas possibilidades de garantias de acesso ao direito à cidade, uma discussão de natureza interdisciplinar pouco refletida na lei 11.888/2008.

Para a categoria, é frequente não só o debate sobre a função social da profissão, como também sobre a valorização da profissional pela sociedade, tendo como pressuposto um trabalho com caráter social, atualmente mais do que necessário em um país onde apenas 15% dos brasileiros que já construíram ou reformaram contratou os serviços de arquitetos e/ou engenheiros, conforme demonstrado na famosa pesquisa promovida pelo CAU/BR em parceria com o Instituto Datafolha. Destes 15%, grande parte são de classes mais altas, e ficou demonstrado que dos 85% que nunca utilizaram esses serviços, o principal motivo é a questão financeira, e por isso boa parte optou pela contratação de pedreiros ou mestres de obras (CAU/BR, 2015). (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p.12-13).

A concepção de assistência técnica que valoriza o profissional de arquitetura e seus vínculos com suas entidades de classe também ocorreu em Belo Horizonte. No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, o IAB/MG, tendo à frente o arquiteto José Carlos

Laender, se envolveu com o PROFAVELA — Programa Municipal de Regularização de Favelas, e posteriormente com a formação da URBEL — Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. Uma aproximação dos arquitetos através de suas entidades de classe no atendimento às demandas desse tipo.

O protagonismo dos arquitetos na formulação dessa lei fica evidente na afirmação do arquiteto Clóvis Ingelfritz em entrevista sobre a ocasião da aprovação da lei 11.888/2008: “Em 2008, no dia 24 de dezembro, eu recebi um telefonema do Palácio do Planalto, e era o Lula. E ele disse assim: ‘Companheiro, presente de Natal aí pros arquitetos!’” (ARQUITETO, 19 jan. 2019).

A institucionalização da ação dos arquitetos e outros técnicos da produção social do espaço no atendimento dos setores sociais que comumente não contratam os seus serviços é inspirada pelas diferentes tradições políticas da esquerda. Nestas, a relação com o Estado e as instituições assumiu diferentes posturas: temos desde a estadocêntrica até a estadofóbica, além da estadocrítica, uma postura mais contemporânea. Cada uma dessas correntes apresenta suas contradições a partir da tradição a que se vinculam. No Brasil, elas ficaram mais latentes após a redemocratização, especialmente quando a esquerda venceu eleições, como nas gestões locais e nacionais do PT, ocasiões quando ocorre a institucionalização de políticas públicas defendidas por esse espectro político. A lei 11.888/2008 da assistência técnica é parte desse processo, a institucionalização de políticas públicas que até então eram frágeis e sem continuidades. Essa legislação recoloca para os arquitetos e os outros técnicos da produção social do espaço o embate entre essas diferentes tradições. Ela pretende institucionalizar uma ação e aponta o Estado como uma possibilidade de resolução dos conflitos sociais, como se ele fosse um moderador, e não um instrumento de reprodução do próprio sistema capitalista (MASCARO, 2013).

A lei da assistência técnica e seu caráter institucional fortalecem a despolitização que caracteriza as ações dos técnicos da produção social do espaço que já é muito determinada pela suposição de uma neutralidade no seu exercício profissional. Essa postura coaduna com a suposta vanguarda técnica dos profissionais de arquitetura e urbanismo quanto à produção social do espaço: nós pensamos os espaços para que outros os executem.

A suposta neutralidade da assistência técnica se relaciona também à ideologia de Estado liberal, a qual difere da concepção de Estado entre os marxistas e libertários. Esses dois grupos veem-no como o comitê executivo da burguesia, ou seja, na concepção da esquerda radical, o Estado não é neutro. Sendo assim, o trabalho técnico também não é neutro, ele sempre atende a interesses que não são ditos. Acreditar nessa neutralidade coloca a assistência técnica como ingênua e a postura favorece a manutenção de relações de dominação.

Como chama a atenção Alysso Mascaro, o Estado é a forma política do capitalismo, ele é uma construção histórica, pode ter semelhanças com outras do passado, porém a forma que assume no mundo contemporâneo só é possível e necessária no capitalismo (MASCARO, 2013, p. 30). Esse é um fato importante a ser considerado especialmente quando imaginamos que a conquista desse Estado é uma das possibilidades de transformação social. Uma lei como a 11.888/2008 procura garantir direitos, contudo é preciso ter em mente que a conquista de direitos a partir de uma forma política do capitalismo atende a estratégias de reprodução do sistema. Trata-se, portanto, de uma afirmação deste último e atende as demandas de consolidação do capitalismo, buscando garantias de sua manutenção e existência.

A implementação da lei 11.888/2008 ainda é precária. Para estudiosos do tema, a dificuldade para sua realização se deve à centralidade da atuação a partir dos arquitetos urbanistas. Uma das poucas práticas de ATHIS — Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social que tem ocorrido é o trabalho do Gilson Paranhos na CODHAB:

Ainda assim, são poucas as práticas de ATHIS consolidadas até o momento. Aparentemente, o programa mais bem estruturado se encontra no Distrito Federal, em uma ação local proposta pela CODHAB (Companhia Habitacional do Distrito Federal). O programa “Habita Brasília” conta com dez postos de assistência técnica para atendimento das famílias que vivem em situação precária, com projetos de melhorias habitacionais e em espaços públicos como parques e ruas, além de mediação de conflitos em áreas de regularização fundiária. Essas ações vêm sendo difundidas pelo país pelo arquiteto e urbanista Gilson Paranhos, atual diretor da CODHAB, através de sua participação em diversos seminários e debates entre arquitetos. Não por acaso, Paranhos é membro do Conselho Superior do IAB, entidade da qual já foi presidente. Sua presença e ações reforçam que a difusão da assistência técnica mais uma vez tem como centralidade a figura de um profissional da área de arquitetura e urbanismo. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 13).

Nos últimos anos, o CAU — Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem direcionado parte de seus recursos para ações de assistência técnica, realizando ensaios para a efetivação da lei 11.888/2008. Contudo, isso ainda é insuficiente, especialmente naqueles Estados da federação nos quais poucos arquitetos atuam, gerando poucos recursos que possam fazer alguma diferença para avaliar o impacto dessas ações.

Os ensaios do CAU têm também levado a agregar à concepção de assistência técnica uma atuação no atendimento às demandas das camadas pobres como um empreendimento social, através de novos formatos de empresas como startups etc. Nesse sentido, esse entendimento tem acompanhado as novas relações de produção que têm caracterizado o mercado de trabalho contemporâneo:

Quanto às propostas estabelecidas pela iniciativa privada, que vem servindo como referência aos arquitetos, apresentou-se no seminário do CAU/SP o Programa Vivenda. Trata-se de uma startup fundada em 2013, que promove reformas de baixo custo e rápida execução, englobando pequenos serviços como reparos em infiltrações, aplicação de revestimento cerâmico e abertura de janelas. Para obtenção de recursos, foi viabilizada recentemente a primeira debênture de impacto social no Brasil, em uma parceria entre a Vivenda, a Din4mo (empresa de apoio à gestão de startups), e a securitizadora Grupo Gaia. A partir desses recursos, será possível oferecer crédito às famílias, com juros mais baixos. De acordo com a Din4mo, foram captados R\$ 5 milhões, e a expectativa é de que esse valor impacte a vida de cerca de 32 mil pessoas. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 11).

A estratégia dos ‘empreendimentos sociais’ — que não se entrelaçam com os embates políticos que envolvem a pobreza — se exacerba nessa suposta neutralidade, esvaziando o conteúdo político que engloba a atuação nesses espaços da pobreza.

Por exemplo, a organização TECHO<sup>6</sup> evita se envolver com situações que apresentem algum tipo de ressalva legal, o que pode impedi-la de atuar nas ocupações de Belo Horizonte ou em várias favelas pelo Brasil, já que quase sempre são lugares enredados em complexos conflitos fundiários.

Essa concepção de empreendimento social tem atraído vários interessados na discussão de ATHIS, o que tem levado a um embotamento de outros aspectos que envolvem a discussão no campo profissional. Essa prática não deveria ter como objetivo primordial criar mais espaço de trabalho para arquitetos e urbanistas, mas buscar garantias de acesso dos mais pobres a diferentes aspectos da vida na cidade e romper com as enormes desigualdades que marcam a realidade brasileira.

A assistência técnica e sua distância do público-alvo, associada à sua suposta neutralidade transferem para os atendidos práticas estranhas, e fazem-no com pouca crítica, considerando que todos os humanos são iguais e não constroem trajetórias diferentes. Por trás disso, está também a postura cientificista que marca a ciência moderna, com influência na arquitetura e entre os outros profissionais da produção social do espaço, contribuindo para a formação do discurso da competência. A assistência técnica é uma estratégia de atuação junto às camadas pobres com que os arquitetos se sentem confortáveis, afinal, é uma ação que reafirma a profissão e seus saberes em detrimento de outros, reafirmando privilégios e garantindo o controle dos processos.

Apesar da atuação dos arquitetos e de suas entidades profissionais na construção da assistência técnica enquanto política pública, ainda há entre os demais profissionais do campo profissional a criminalização daqueles que atuam com ATHIS. Isso se dá tanto com relação àqueles que atuam dentro da perspectiva mais institucionalizada da assistência técnica quanto no que diz respeito aos que procuram uma atuação mais direta junto aos atendidos pela assessoria técnica. Em regra, trata-se de uma perseguição inócua, geralmente levada à frente por profissionais afastados da atuação próxima ao público que é atendido. Entretanto, mesmo sendo uma perseguição irrelevante perante a realidade, tem impactado atuações legitimadas pela lei 11.888/2008.

Assim, há uma vertente importante, hoje autorizada pelas instâncias de representação profissional, que ignora a produção das assessorias como experiência válida, buscando o aval da denominação estabelecida pela Lei de ATHIS para estabelecer um novo discurso para uma prática que já remonta mais de 40 anos. Cumpre-nos, portanto, demonstrar aqui os diversos pontos de convergência entre as noções de assistência e assessoria, compreendendo que o ponto de convergência tem, como solo comum, a atuação dos arquitetos e urbanistas, o atendimento às famílias de baixa renda e a busca de alternativas aos programas públicos que padronizam as soluções habitacionais. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 5).

A lógica institucional sempre aponta na direção do controle, envolvendo cooptação e repressão. Acreditar no institucionalizado é sempre uma evidência de ingenuidade quando se tem como objetivo a emancipação dos envolvidos. Isso fica claro nas ações envolvendo os arquitetos, afinal eles nunca se percebem como representantes de algo institucionalizado. Acham-se independentes, mas estão longe disso.

<sup>6</sup> “TECHO es una organización presente en 19 países de América Latina, que busca superar la situación de pobreza que viven millones de personas en asentamientos populares, a través de la acción conjunta de sus habitantes y jóvenes voluntarios y voluntarias” — disponível em: <https://www.techo.org/techo/>. Acesso em: 1º jun. 2020.

## Assessoria técnica e seus vínculos com a ação direta

Como apresentado, a assistência técnica surge com um forte vínculo institucional e pouca experiência prática, condição que contribui para as dificuldades de efetivação da lei 11.888/2008. As atuações que se colocam como assessorias técnicas têm algumas diferenças a serem consideradas. Elas começam a ser mais recorrentes no final dos anos 1970, dentro dos processos de redemocratização do Brasil, mas seus vínculos institucionais são mais tênues, o que leva a maiores dificuldades de institucionalizar seus procedimentos como políticas públicas.

Uma ocasião em que a assessoria técnica se aproxima das instituições se dá no governo de Erundina em São Paulo (1989-1992) quando, através do FUNAPS Comunitário, institucionaliza-se o mutirão autogerido.

Entre o final dos anos 1980 e o início dos 1990, no contexto de um governo municipal mais ‘progressista’ na cidade de São Paulo — se já para os padrões daquela época, certamente muito mais para os padrões atuais —, diversos técnicos envolvidos com as primeiras experiências de assessoria, dispersa e autonomamente realizadas ao longo dos anos 1980, assumiram cargos na prefeitura e em empresas públicas, dando possibilidade para a criação de um programa habitacional estruturado, o FUNAPS Comunitário. O programa institucionalizava a prática do mutirão autogerido, colocando os arquitetos em contato com a população na produção da moradia popular. Com isso, expandiram-se as assessorias técnicas e criaram-se novos grupos, consolidando essa prática. Compostas em sua maioria por arquitetos e urbanistas, as assessorias técnicas tinham uma configuração geral semelhante. Eram organizações não governamentais, que se propunham a trabalhar de maneira geral para a melhoria das condições de vida da população mais pobre, apoiando as lutas pelo direito à moradia digna e aos serviços essenciais da cidade. Apesar de terem uma predominância de arquitetos e urbanistas em seu quadro técnico, tinham como característica a atuação interdisciplinar. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 7).

Essa experiência do FUNAPS Comunitário em São Paulo foi essencial para que a assessoria técnica ganhasse corpo e experiência dentro dessa atuação com os movimentos sociais:

Por outra via, a ideia de assessoria técnica acabou ganhando corpo principalmente no município de São Paulo, a partir do FUNAPS Comunitário — um programa público proposto pela prefeitura municipal no final dos anos 1980, consolidado graças à atuação de profissionais que, em diálogo com movimentos sociais, atuam até hoje na busca por moradia digna para a população pobre [...]. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p. 2).

Esse momento de consolidação da assessoria técnica na cidade de São Paulo durante a gestão de Erundina (1989-1992), na ocasião filiada ao PT, coincide também com experiência em Ipatinga, administrada por Chico Ferramenta (1989-1992) no mesmo período. A cidade de Ipatinga foi uma das primeiras administrações do PT em Minas Gerais. Durante essa gestão foi proposto o “Programa de Obras Comunitárias”. Dentre seus objetivos, constava o seguinte:

[...] através da participação comunitária, estimular o envolvimento das comunidades na solução dos seus problemas, com o objetivo de criar estruturas de gerenciamento e execução dos projetos, concebidos e incorporados pelas comunidades a que se destinam. (CONTI, 1999, p.85).

Esse objetivo demonstra que havia também em Minas Gerais a formulação de políticas públicas autogestionárias que buscavam a atuação dos técnicos da produção social do espaço de maneira semelhante ao que ocorria na capital paulista analisada por Cardoso e Santo Amore (2018). A experiência de mutirão em Ipatinga também não era uma novidade. Nesse sentido, como apresenta Conti:

A experiência com mutirão não era inédita em Ipatinga, pois quando da posse da nova administração, dois anos após o governo Sarney, já estavam em andamento dois mutirões da Secretaria de Ação Comunitária do Presidente da República (SEAC), dirigida na época por Aníbal Teixeira [...]. (CONTI, 1999, p. 85).

A assessoria técnica tem sido importante para garantir aos setores populares o respeito aos seus saberes, o que é dificultado na atuação como assistente técnico muito pautada por práticas institucionalizadas. Esse fato coloca vários entraves institucionais para a assessoria técnica como política pública, passando pela legislação e pelos operadores do Estado, que quase sempre negam propostas autogestionárias (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p.6-7). As instituições têm pouca predisposição para atender ações que considerem as especificidades. Usualmente partem de uma gestão que valoriza a impessoalidade, o que dificulta a inclusão da diversidade como aspecto a ser pautado na produção da moradia. Apesar desse descolamento das práticas institucionalizadas, a assessoria técnica exerce seu papel a partir dessas mesmas práticas, e ela tem sido marcada por uma condição de mediadora entre os setores populares e a burocracia estatal.

Na prática de assessoria técnica junto às ocupações de Belo Horizonte, percebo que a procura pela ação direta passa também por uma valorização do indivíduo e pelo reconhecimento de sua dificuldade de engajamento nas estruturas burocráticas. Com o advento da internet, assistimos a um individualismo compartilhado (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 152). Gerando novas práticas militantes, a internet permite a expressão mais contundente das individualidades, portanto, as pessoas militam e expressam seus posicionamentos mais à vontade. Será que esse individualismo exacerbado que percebemos na atuação — principalmente — entre os apoiadores acadêmicos das ocupações urbanas é somente a manifestação dessa condição? Não seria também uma manifestação do neoliberalismo? A negação do Estado passa por uma negação das estratégias burocráticas da luta política que marcou as revoluções socialistas do século XX? Essas são questões e incômodos que suscitam este ambiente da luta política contemporânea. São movimentações que buscam a democracia real em que os indivíduos, com suas especificidades e visões de mundo, não se comprometem com estruturas de construção coletivas como se dava em outros momentos.

A negação das práticas institucionais e burocratizantes buscada pelas assessorias técnicas que também caracteriza a tradição libertária pode se confundir com políticas neoliberais, porém a crítica e o cuidado com esse aspecto não devem impedir uma reflexão mais cuidadosa que envolve as práticas libertárias e a complexidade das ações diretas empreendidas pelas assessorias técnicas. A ação é algo que se dá no presente. Com isso, a preocupação referente a se ela promove a reforma ou a revolução não é tão importante quando acontece. Há uma preocupação de que aquilo contribua com a manifestação da indignação dos indivíduos envolvidos. Na essência, a assessoria

técnica nesse contexto é uma ação que questiona o sistema e suas contradições.

O pensamento libertário é recorrente nas reflexões que envolvem a produção social do espaço, e para Oyón isso se deve à presença de vários pensadores do anarquismo vinculados aos campos do conhecimento ligados ao espaço. Esse aspecto também se deve ao fato de que, no espaço, a ação e o presente ficam mais evidentes e inerentes às próprias atividades.

*A diferencia de otras líneas del pensamiento socialista como el marxismo, el anarquismo estuvo profundamente marcado desde el momento de su formación en el movimiento socialista del siglo XIX por la imaginación espacial. Y lo estuvo porque algunos de sus pensadores y figuras más significativas eran practicantes de disciplinas relacionadas con el espacio, como la geografía y más tarde la arquitectura y el urbanismo. (OYÓN, 2018, p.196).*

Os aspectos explorados pela atuação da assessoria técnica ficam explicitados nas discussões propostas por Turner na sua concepção do que seriam arquitetura e moradia. Na moradia, o que importa são as relações que ela estabelece, e não sua dimensão de objeto; assim, a moradia só ganha sentido na relação que ela estabelece com o morador e seu entorno, ela é algo vivo, e não estático e padronizado (OYÓN, 2018, p.234-235). As críticas a Turner pontuam que a liberdade para construir era na realidade uma necessidade elementar de sobreviver. A autoconstrução em si apresenta possibilidades de organização das classes populares que não podemos desconsiderar.

A posição de Turner, que dialoga com a trajetória da assessoria técnica no Brasil e suas manifestações nas ocupações de Belo Horizonte, passa pelo questionamento do Estado como o grande responsável pela política habitacional. A sua atuação deveria respeitar os sujeitos que acessarão essas políticas, os quais não deveriam ser atropelados por práticas heterônomas que caracterizam a atuação estatal.

A concepção de política habitacional de Turner acaba por refundar disputas clássicas entre anarquistas e marxistas. Apesar de sua posição moderada, ele não nega o Estado de maneira radical como pode muitas vezes fazer um libertário. Ele tem uma postura bastante pragmática, construída na sua prática como assessor técnico nas *barriadas* do Peru. O Estado é um agente que tem um papel de suporte: ele não pode ser o protagonista, o que não o exime de ser o responsável pela política — mas que exerça essa responsabilidade sem desrespeitar aqueles que precisam dela.

A assessoria técnica recoloca a política numa dimensão humana, local e cotidiana, afinal quem decide é quem está perto da situação, e não um sujeito que está distante. Nas ocupações de Belo Horizonte, a assessoria participa de um processo político que ensaia cotidianamente aspectos de uma democracia direta. Mesmo quando temos na ocupação uma coordenação mais centralizadora, os moradores, por estarem próximos dessa liderança, acabam também pautando sua atuação.

Pelos valores da assessoria técnica fundada na ação direta, as especificidades de cada território são valorizadas, entretanto a dificuldade de se relacionar com as instituições é um problema para os representantes das organizações políticas e apoiadores. Isso é diferente para os moradores, que, nas suas estratégias de sobrevivência, adaptam rapidamente sua atitude frente às instituições, parecendo se submeter para conseguir avançar alguma negociação. Evidencia-se, desse modo, certo pragmatismo político que remete à discussão estadocrítica proposta por correntes libertárias e marxistas contemporâneas.

O ato de morar é uma atividade criativa em si. Tratar a moradia com padrões mínimos ou distantes das pessoas que habitarão o local é algo com que a assessoria técnica tem buscado romper. A moradia é um processo, um registro espacial de histórias de vida. As ocupações urbanas de Belo Horizonte têm chamado a atenção para esses aspectos, e a aproximação recente dos agentes públicos é uma oportunidade para repensar as políticas habitacionais que considerem a autoprodução do espaço como parte das estratégias de atendimento à demanda por moradia.

### Considerações finais

As ocupações urbanas de Belo Horizonte têm sido um momento dentro dessa história de encontros e desencontros entre marxistas e libertários. Parafrazeando o título do livro de Olivier Besancenot e Michael Löwy, uma tentativa de construção de “afinidades revolucionárias”. Como todo encontro e desencontro, tais encontros e desencontros são repletos de contradições como tentei mostrar.

A construção dessas afinidades é atravessada por vários dilemas e embates. Na abordagem proposta, o dilema de se vincular ou não às instituições é um dos mais recorrentes. Em meio a esse processo, temos grupos políticos formados desde os anos 1980, que participaram dos primeiros momentos da redemocratização e hoje estão mais próximos dos procedimentos institucionalizados, mas também temos as organizações surgidas desde os anos 2000, que promovem as ocupações na cidade e fazem a escolha por uma luta por moradia através da ação direta e questionando essas mesmas instituições.

O embate entre assessoria ou assistência técnica está dentro desse processo. A assessoria técnica em suas ações diretas junto aos moradores tem apontado caminhos possíveis que se distanciam dos procedimentos institucionalizados. A assistência técnica legitimada a partir da lei 11.888/2008 se coloca muitas vezes distante da realidade daqueles que pretende assistir, contudo, tem sido uma possibilidade para indicar políticas públicas que envolvam a atuação dos técnicos da produção social do espaço, conquanto o faça com exercícios ainda muito frágeis a partir de financiamentos como os que o CAU tem buscado manter no seu orçamento nos últimos anos.

Desde a eleição para a Prefeitura de Belo Horizonte de Alexandre Kalil (2017-2020), teve início certa aproximação dos agentes públicos com as ocupações urbanas da cidade. Nesse contexto assistimos a uma predisposição de discutir a política habitacional municipal, evidenciada em eventos como os encontros de técnicos da prefeitura, a partir do coletivo Habite a Política, e outras entidades interessadas no assunto.

Um momento de construção dessas afinidades foi a realização de um seminário realizado na Escola de Arquitetura da UFMG em 2019 em comemoração aos vinte e cinco anos da política habitacional de Belo Horizonte. O evento reuniu agentes envolvidos com diferentes momentos da formulação e implementação dessa política. No fechamento desse seminário, participaram agentes envolvidos com as ocupações, numa clara tentativa de estabelecer diálogos entre aqueles envolvidos com uma atuação a partir de instâncias institucionalizadas e um grupo que vem nos últimos anos promovendo uma política habitacional através da ação direta. Os debates não foram conclusivos, mas evidenciaram a abertura de ambos os lados em construir agendas convergentes.

Esse desejo de convergência tem também ocorrido entre os praticantes de assessoria e assistência técnica — este texto é uma dessas tentativas, afinal entender as trajetórias dessas estratégias é algo necessário para a construção dessas pontes, interpretando

os ideários políticos que as fundamentam e que muitas vezes não são assumidos ou (o que é mais grave) nem percebidos. Podemos estar nos envolvendo numa armadilha, mas acredito que vale a pena o risco. Não acredito que essa convergência se dará com panos quentes e acordos de ocasião, ela precisa ser discutida e disputada. Uma convergência possível não poderá partir de um protagonismo dos arquitetos urbanistas. Essas atividades envolvem grande complexidade, e esse profissional traz em sua trajetória vários vícios que não contribuem.

Entende-se aqui que a discussão semântica não auxilia na resolução desse imbróglio, e que a fixação do debate nesses termos pode trazer ainda mais divergências. Identificar os oportunismos ao termo “assistência” e a prática virtuosa ao vocábulo “assessoria” apenas elide o que aqui defendemos central: a dimensão técnica e política dessa atividade. O que propomos é estabelecer um diálogo entre as noções de assessoria e assistência, partindo de um ponto em comum — a atividade do profissional arquiteto e urbanista. Tal diálogo, acreditamos, poderia fomentar a construção de um novo ideário profissional e uma agenda que delimite mais claramente o que poderia se constituir como campo de atuação dos profissionais dedicados à ATHIS, traçando possíveis estratégias para a implementação de políticas públicas nessa área. (CARDOSO & SANTO AMORE, 2018, p.2-3).

Nessas tentativas de convergência que passam pelas discussões acerca da assessoria ou assistência técnica e pelas organizações políticas de luta por moradia, é bom nos lembrarmos das provocações libertárias que colocam ser necessário monitorar e criticar todo ambiente institucionalizado. Mesmo naqueles casos supostamente com posturas ‘progressistas’, não podemos esquecer que a natureza do Estado e de suas instituições é sempre uma negação da liberdade e tem por intuito o controle da sociedade.

Não há governo estatal “progressista” que não precise ser monitorado, criticado e pressionado. E o tempo todo. Esquecer disso (como decerto gostariam os militantes dos partidos de esquerda, especialmente quando conseguem instalar-se na administração do Estado) equivale, para os movimentos emancipatórios, a caminhar para o precipício. (SOUZA, 2015, p. 65).

Dentre os vários grupos envolvidos com as ocupações de Belo Horizonte, assistimos a uma aposta das organizações políticas em estruturas partidárias: as Brigadas Populares e sua participação no projeto ‘Gabinetona’ do PSOL, e o investimento do MLB — Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas e do PCR na criação do UP — Unidade Popular. Essa circunstância gera certa apreensão quanto à experiência das ocupações, um risco de que se tornem exercícios limitados de emancipação dos setores populares.

As tentativas de convergência estão no início, mas indicam ser essa mais uma tentativa de construção de laços de solidariedade entre diferentes tradições políticas, dentre elas os libertários e marxistas. As afinidades podem contribuir num processo de transformação social que favoreça a superação das desigualdades que marcam a realidade brasileira, com a participação dos arquitetos e urbanistas, bem como a de outros técnicos da produção social do espaço.

## Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AMADO, Jorge. *O Mundo da Paz*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1951.
- ARQUITETO. Entrevista arquiteto. 19 jan. 2019. Entrevista concedida a Fernanda Simon Cardoso.
- BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- CARDOSO, Fernanda Simon; SANTO AMORE, Caio. Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil. In: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio (eds.). *Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista: XV Colóquio Internacional de Geocrítica*. Barcelona: Universidad de Barcelona; Geocrítica, 2018, p.1-19.
- CONTI, Alfio. *A experiência da autogestão em Ipatinga: uma busca pelo conceito*. 1999. 200f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Curso de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e Trabalho Livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- FRANCISCONI, Jorge Guilherme. *Seminário de Quitandinha e Q+50: resultado, avaliação e desafios atuais*. São Paulo, set. 2013, Arqtextos. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.160/4880>. Acesso em: 19 out. 2023.
- MARICATO, Ermínia. *A política habitacional do regime militar*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MELLO, Wanderson Fabio de. A Revolução Russa e a questão da habitação: de 1917 a 1930. In: *30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019. Anais do 30º Simpósio Nacional de História, Recife: Associação Nacional de História, 2019. p.1-14.
- MILITANTE. Entrevista militante. 13 fev. 2014. Entrevista concedida a Tiago Castelo Branco Lourenço.
- OLIVEIRA, Danielle Duarte de; SILVEIRA, Ivana Arruda da; GODINHO, Maria Helena de Lacerda. Política de Habitação em Belo Horizonte — o Residencial Asca: um estudo do programa de autogestão. In: Aduino Lúcio Cardoso (ed.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007. Cap.15, p.514–531.
- OYÓN, José Luis. John Turner: los escritos, su contexto y la influencia geddesiana. In: John F. C. Turner (ed.). *Autoconstrucción: por una autonomía del habitar. Escritos sobre vivienda, urbanismo, autogestión y holismo*. La Rioja: Pepitas de Calabaza, 2018. Cap.11, p.195-256.
- ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947–1962). *Revista Espacialidades*, Natal, v. 6, n. 5, p.176-196, 2013.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. Territórios libertários: a experiência anarquista de autogestão na cidade de Barcelona durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). *Cidades*, Chapecó, v.9, n.15, p.259-296, 2012.
- SOMARRIBA, Maria. Movimento reivindicatório urbano e política em Belo Horizonte. In: Otávio Soares Dulci (ed.). *Belo Horizonte: poder, política e movimentos sociais*. Belo Horizonte: C/Arte, 1996. Cap.3, p.55-74.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.